



SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

**TERMO DE CONTRATO N.º. 050/2014/SEMA
QUE ENTRE SI CELEBRAM A SECRETARIA DE
ESTADO DO MEIO AMBIENTE E A EMPRESA
HEWLETT - PACKARD BRASIL LTDA.**

O ESTADO DE MATO GROSSO, através da SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE - SEMA, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.507.415/0023-50, criada pela Lei Complementar n.º. 214, de 23 de junho de 2005, com sede na Rua C, esquina com a Rua F, Palácio Paiaguás, Centro Político Administrativo - CPA, nesta Capital, neste ato representada pelo Secretário Adjunto de Gestão Sistêmica, Sr. **Benedito Nery Guarim Strobel**, brasileiro, casado, portador do RG n.º. 349.280 - SSP/MT e do CPF n.º. 298.940.931-91, residente a Rua Dom Antônio Malan, 756, Bairro Poção, CEP: 78.015-608, Cuiabá/MT, nomeado pelo Ato Governamental n.º 18.861/2014 de 26/02/14, doravante denominada apenas **CONTRATANTE** e de outro lado a empresa de outro lado a empresa **HEWLETT-PACKARD BRASIL LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o n.º 61.797.924/0007-40, com sede na Av. José Luiz Mazzali, 360, galpão B, parte 1, Residencial Burck, Louveira-SP, CEP: 13.290-000, telefone(s) (11) 5502-5000, representada pelo Sr. **Maurício Kioshi Misumi**, portador do RG n.º 27.678.897-7 SSP/SP e CPF/MF sob n.º 279.676.018-90, aqui denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente **CONTRATO**, em conformidade com o **Processo n.º 488346/2014/SEMA, Ata de Registro de Preços n.º 07/2013/DPF/MJ**, oriunda do Pregão Eletrônico n.º 15/2013 do Departamento de Polícia Federal/Ministério da Justiça, bem como, **Convênio: Projeto MT Sustentável/Fundo Amazônia/BNDES**, N.º Contrato de Concessão: 13.2.1265.1, sujeitando-se aos termos da lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, Lei n.º. 10.520/2002, Decreto Estadual n.º. 7.217/2006 e suas alterações, e toda legislação correlata, mediante as cláusulas e condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo de contrato tem por objeto a aquisição de **estações de trabalho periciais de alto desempenho**, capazes de executar a



SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

conteúdo softwares de geoprocessamento com alta demanda de processamento de dados, armazenamento em disco e processamento gráfico, para atender a **CONTRATANTE**, conforme especificações e condições técnicas constantes no **Edital de Pregão Eletrônico nº 15/2013 do Departamento de Polícia Federal/MJ e anexos, Ata de Registro de Preços Nº 07/2013/DPF/MJ e Termo de Referência nº 141/2014**, elaborado pelo setor demandante, que fazem parte integrante deste, independente de transcrição.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES E PREÇO

2.1. O preço para o objeto contratado é o constante da proposta apresentada no **Pregão Eletrônico nº 15/2013 do Departamento de Polícia Federal/MJ e anexos, Ata de Registro de Preços Nº 07/2013/DPF/MJ**, conforme discriminação abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	ESTAÇÃO DE TRABALHO PERICIAL TIPO I	UN	08	R\$ 16.979,00	R\$ 135.832,00

2.2. A **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA**, pelo objeto ora contratado, o valor total de **R\$ 135.832,00** (cento e trinta e cinco mil, oitocentos e trinta e dois reais), a serem pagos em parcela única, após a entrega total do objeto, mediante Ordem de Fornecimento emitida pela **COORDENADORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO** da **CONTRATANTE**;

2.3. Os preços acima são fixos e irrevogáveis;

2.4. No valor acima contratado estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, materiais de consumo, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto contratado.



SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

3.1. Os valores descritos na cláusula segunda poderão eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:

a) Para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, "d" e § 5º da Lei 8.666/93;

b) Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe previsto no art. 65, § 5º da Lei 8.666/93.

3.2. A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado.

4. CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1. Assinar o contrato no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir do recebimento da convocação formal, bem como, receber a Ordem de Fornecimento/Serviço a ser emitida pelo setor demandante;

4.2. Responder por todos os ônus referentes aos equipamentos de informática ora adquiridos, tais como fretes, impostos, seguros, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, decorrentes do objeto e apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pela **CONTRATANTE**;

4.3. Oferecer garantia de no mínimo **60 (sessenta) meses** para os equipamentos constantes do Termo de Referência;



SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

4.4. Prestar os serviços com rapidez e eficiência, dentro dos padrões exigidos pela **CONTRATANTE**;

4.5. Reparar ou indenizar, a juízo e dentro do prazo estipulado pela autoridade competente, todas e quaisquer avarias ou danos causados aos bens da **CONTRATANTE**, ou de terceiros, decorrente de ação ou omissão, dolosa ou culposa de seus empregados e fornecedores;

4.6. Cumprir as obrigações estabelecidas em Edital;

4.7. Substituir, obrigatoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias corridos, os equipamentos entregues, caso se apresente impróprio para utilização;

4.8. Providenciar para que seus empregados, quando disponibilizados à **CONTRATANTE** para manutenção no período de garantia, cumpram as normas internas relativas à segurança da **CONTRATANTE**;

4.9. Responder, em relação aos seus funcionários, por todas as despesas decorrentes do fornecimento e da garantia aos equipamentos, tais como:

- a) salários;
- b) seguros de acidente;
- c) taxas, impostos e contribuições;
- d) indenizações;
- e) vales-refeição;
- f) vales-transporte; e
- g) outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelos órgãos governamentais.

4.10. Manter os seus funcionários sujeitos às normas disciplinares da **CONTRATANTE**, porém sem qualquer vínculo empregatício com o órgão, quando disponibilizados à **CONTRATANTE** para manutenção no período de garantia;

4.11. Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências da **CONTRATANTE** e de suas unidades descentralizadas;



SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

4.12. Manter, ainda, os seus funcionários identificados por crachá, quando em trabalho nos ambientes da **CONTRATANTE** para manutenção no período de garantia, devendo substituir imediatamente qualquer um deles que seja considerado inconveniente à boa ordem e às normas disciplinares da **CONTRATANTE**;

4.13. Responder, ainda, por quaisquer danos causados diretamente aos equipamentos e softwares ou a outros bens de propriedade da **CONTRATANTE**, quando esses tenham sido ocasionados por seus prepostos durante a prestação de manutenção relacionada com o período de garantia;

4.14. Arcar com a despesa decorrente de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus prepostos no recinto da **CONTRATANTE**;

4.15. Fornecer, sem qualquer ônus adicional para a **CONTRATANTE**, quaisquer componentes adicionais necessários para o perfeito funcionamento dos equipamentos;

4.16. Durante o período de garantia retirar e transportar, por conta própria, os equipamentos até o laboratório (centro de serviços), promovendo de igual forma o seu retorno ao local de instalação;

4.17. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os equipamentos em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do serviço de manutenção;

4.18. Trocar os equipamentos ofertados no prazo máximo de **05 (cinco) dias** se, no período de 15 (quinze) dias corridos, ocorrerem defeitos sistemáticos que não permitam seu correto funcionamento;

4.19. Comunicar à equipe de Tecnologia da Informação da **CONTRATANTE** qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;



SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

4.20. Manter-se, durante a execução deste contrato, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas e com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Pregão Eletrônico;

4.21. Substituir, obrigatoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias corridos, o produto entregue em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e com a proposta de preços, arcando com ônus decorrente;

4.22. Respeitar os prazos máximos de entrega e/ou substituição dos equipamentos, sob pena de incorrer em ato que justifique sanção administrativa;

4.23. A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições editais, acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias no fornecimento do material, sendo de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma do § 1º do art. 65, da Lei 8.666/93;

4.24. Demais obrigações e responsabilidades previstas na Lei nº. 8.666/93 e alterações, na Lei nº. 10.520/2002 e Decreto Estadual 7.217/2006.

5. CLÁUSULA QUINTA - DO RECEBIMENTO E DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

5.1. O recebimento do material dar-se-á em caráter provisório e definitivo;

5.2. O recebimento provisório efetivar-se-á mediante assinatura de servidor no canhoto da Nota Fiscal referente ao material, entregue em, no mínimo, duas vias;

5.3. O recebimento definitivo dar-se-á, após conferência e aceite do material, formalizado em relatório, por comissão de recebimento de material, indicada pela **CONTRATANTE**, ou pelo Setor de Tecnologia da Informação da **CONTRATANTE**;



SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

5.4. A comissão de recebimento retirará, aleatoriamente, do(s) lote(s) de material(ais) entregue(s) uma ou mais unidades de material e efetuará a comparação de suas características com as especificações contidas no Termo de Referência - anexo ao edital;

5.5. Caso seja(m) constatada(s) incompatibilidade(s) entre o material entregue pela **CONTRATADA** e o ofertado com base nas especificações constantes no Termo de Referência (anexo ao edital), será aquele imediatamente colocado a disposição da **CONTRATADA** para retirada no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, podendo tal comportamento se enquadrar nos tipos penais nos artigos 89 a 98 da Lei nº 8.666/93, além de sujeitar a **CONTRATADA** às sanções previstas em edital;

5.6. Os prospectos, manuais ou outras informações do fabricante correspondentes aos equipamentos ofertados deverão ser entregues juntamente com o material, sob pena de adoção das medidas descritas no subitem anterior;

5.7. A comissão de recebimento definitivo do material, entretanto, poderá solicitar qualquer outra documentação referente aos equipamentos cotados que não for apresentada juntamente com a literatura referida no subitem acima;

5.8. Mesmo tendo ocorrido o recebimento definitivo do material, caso, no momento do uso, esse apresente defeito, deverá ser obrigatoriamente trocado pela empresa fornecedora, em prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos do recebimento da comunicação oficial da **CONTRATANTE**. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com cláusulas contratuais e as normas da Lei 8.666/93, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

5.9. A entrega do objeto ora contratado deverá ser feita na **GERÊNCIA DE PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO** da **CONTRATANTE**, sendo a entrega e a execução do contrato acompanhada e fiscalizada por representante da **COORDENADORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO** da **CONTRATANTE**, com atribuições específicas;

5.10. A fiscalização exercida na entrega do objeto não exclui a responsabilidade da **CONTRATADA**, por quaisquer irregularidades



SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

resultantes de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência deste, não implica corresponsabilidade da **CONTRATANTE** ou de seus agentes e prepostos.

6. CLÁUSULA SEXTA - DA GARANTIA DOS MATERIAIS

6.1. A **CONTRATADA** fica obrigada a prestar garantia mínima de 60 (sessenta) meses para os equipamentos constantes no mencionado Termo de Referência e neste contrato. A garantia será contada a partir da data do recebimento definitivo;

6.2. Todos os custos de mão-de-obra, peças, componentes, transporte, hospedagem ou quaisquer outros para o atendimento da garantia serão de inteira e total responsabilidade da **CONTRATADA**;

6.3. O atendimento deverá ser do tipo *on-site*, nos dias úteis e em horário comercial, tanto para componentes como para peças;

6.4. O atendimento deverá ocorrer até o próximo dia útil após o chamado técnico, que deverá ser aberto por telefone em horário comercial;

6.5. A resolução do problema, após a sua identificação, deverá ocorrer em no máximo **05 (cinco) dias úteis** após o atendimento técnico. Ultrapassado este limite, obrigatoriamente o fornecedor deverá ceder um equipamento equivalente ou superior até a devolução do equipamento original em perfeito estado de funcionamento.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Receber o objeto nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas no edital de **Pregão Eletrônico nº 15/2013 do Departamento de Polícia Federal/MJ e anexos e Ata de Registro de Preços Nº 07/2013/DPF/MJ**;



SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

7.2. Emitir a(s) ORDEM(NS) DE FORNECIMENTO(S), estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto;

7.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

7.4. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução do objeto deste contrato, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da **CONTRATADA** às dependências da **CONTRATANTE**, se necessário;

7.5. Efetuar o pagamento no prazo previsto;

7.6. Fiscalizar o cumprimento das obrigações pela **CONTRATADA**, através do fiscal do contrato, designado mediante portaria pela **CONTRATANTE**, o qual deverá registrar em relatório as deficiências verificadas na execução, comunicando à **CONTRATADA** toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do contrato para a imediata correção das irregularidades apontadas.

8. CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento será efetuado pela **CONTRATANTE** em favor da **CONTRATADA**, conforme **cláusula segunda, item 2.2**, mediante ordem bancária a ser depositada em conta-corrente indicada pela **CONTRATADA**, no valor correspondente, no prazo de até 30 (trinta) dias após a entrega definitiva do objeto, nos termos da Instrução Normativa 001/2007 - SAGP/SEFAZ, publicada no DOE de 25/05/2007 (página 32), após a apresentação da nota fiscal/fatura e o devido atesto pelo fiscal da **CONTRATANTE**;

8.2. Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou falta de entrega do material;



SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

8.3. Havendo erro no documento de cobrança, ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, a mesma ficará pendente, e o pagamento sustado até que a **CONTRATADA** providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo neste caso, quaisquer ônus por parte da **CONTRATANTE**;

8.4. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pela **CONTRATANTE**, entre a data de atraso e a correspondente ao efetivo pagamento, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = [(1+IPCA/100)N/30-1] \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios.

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.

VP = Valor a ser pago.

IPCA = Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo.

8.5. A atualização financeira prevista nesta condição será incluída em fatura a ser apresentada posteriormente;

8.6. A **CONTRATADA** deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição e quantitativo do objeto deste contrato, número do contrato, nome do banco, agência e conta-corrente onde deverá ser feito o pagamento;

8.7. A **CONTRATANTE** não efetuará pagamento de título descontado ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que foram negociados com terceiros por intermédio da operação de factoring;

8.8. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da **CONTRATADA**;

8.9. As Notas Fiscais/Faturas devem ser emitidas em nome de **ESTADO DE MATO GROSSO**, com o CNPJ nº. 03.507.415/0023-50 e com o seguinte endereço: Rua C esquina com a Rua F, Centro Político Administrativo,



SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

Cuiabá-MT, CEP: 78.050-970 e deverão ser entregues na **GERÊNCIA DE PATRIMÔNIO/COORDENADORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO da CONTRATANTE** para serem devidamente conferidas e atestadas pelo responsável.

8.10. O pagamento somente será efetuado mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito e Regularidade Fiscal, exigidas legalmente, conforme o caso, bem como, de acordo com os Decretos Estaduais n.ºs. 7217/06, 8199/06 e 8426/06 e toda legislação pertinente.

9. CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. Os recursos para pagamento do referido objeto correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão/Unidade: 27101 - Secretaria de Estado do Meio Ambiente
Projeto/Atividade: 4318
Natureza de Despesa: 4490 5200
Fonte: 161

9.2. As despesas decorrentes desta contratação, para o exercício seguinte, correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento do mesmo.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA VIGÊNCIA

10.1. A vigência do presente contrato será de 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura do contrato, com eficácia legal após a publicação do extrato do contrato no Diário Oficial do Estado;

10.1. O contrato poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, em virtude do suporte e assistência técnica vinculados à garantia do produto, sem desembolso financeiro para a **CONTRATANTE**.



SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

11.1. O inadimplemento das cláusulas estabelecidas neste contrato pela **CONTRATADA**, assegurará à **CONTRATANTE** o direito de rescindi-lo, no todo ou em parte, a qualquer tempo, mediante comunicação oficial de no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência à outra parte, em consonância com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

11.2. Constituem motivo para rescisão do contrato:

11.2.1. O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

11.2.2. O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

11.2.3. A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão do fornecimento, nos prazos estipulados;

11.2.4. O atraso injustificado no início do fornecimento;

11.2.5. A paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

11.2.6. A subcontratação total do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas neste edital e no contrato;

11.2.7. A subcontratação parcial do seu objeto, sem que haja prévia aquiescência da Administração e autorização em contrato;

11.2.8. O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

11.2.9. O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 da Lei nº 8.666/93;

11.2.10. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

11.2.11. A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

11.2.12. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

11.2.13. Razões de interesse público de alta relevância e de amplo conhecimento justificadas e determinadas pela máxima autoridade da



**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS**

esfera administrativa a que está subordinado a **CONTRATANTE** e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

11.2.14. A supressão, por parte da Administração, das compras, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93;

11.3. A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

11.4. O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes do fornecimento, ou parcelas destes, já recebidas, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

11.5. A não liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para execução do fornecimento, nos prazos contratuais;

11.6. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;

11.7. Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis;

11.8. A rescisão, devidamente motivada nos autos, será precedida de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES



SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

12.1. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas sujeitará a **CONTRATADA** às sanções previstas nas legislações que regem a matéria, podendo a Administração, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções:

12.1.1. Advertência, que deverá ser feita através de notificação por meio de ofício, mediante contra-recibo do representante legal da **CONTRATADA**, estabelecendo prazo para cumprimento das obrigações assumidas;

12.1.2. Multa de 0,2% (zero vírgula dois por cento) por dia de atraso no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, até o 30º (trigésimo) dia, sem prejuízo das demais penalidades;

12.1.3. Multa de 0,4% (zero vírgula quatro por cento) por dia de atraso, no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, após o 30º (trigésimo) dia, limitada ao percentual de 10% (vinte por cento), sem prejuízo das demais penalidades;

12.1.4. Multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação incidente no caso de inexecução total.

12.2. Poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado para a aquisição e, ainda, nos termos do art. 28 do Decreto nº 5.450/05, ficará impedida de licitar e de contratar com a Administração, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, o licitante que deixar de assinar o contrato, não entregar documentação exigida, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da obrigação, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal;

12.3. No caso de atraso de entrega, superior a 90 (noventa) dias, ou inexecução das obrigações assumidas, poderá a ADMINISTRAÇÃO rescindir o contrato, sem prejuízo das penalidades previstas na Lei de Licitações;

12.4. A não-resolução do incidente de prestação de garantia faculta a **CONTRATANTE** a rescisão contratual, inclusive, com ressarcimento dos



SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

valores pagos com a devida devolução dos materiais fornecidos sem prejuízo às demais penalidades de ordem normativa;

12.5. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia ou do pagamento eventualmente devido pela **CONTRATANTE** ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente;

12.6. As penalidades previstas poderão ser suspensas no todo ou em parte, quando o atraso no cumprimento das obrigações for devidamente justificado pela empresa contratada, por escrito, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis e aceito pela **CONTRATANTE**;

12.7. As sanções serão obrigatoriamente registradas no Cadastro Geral de Fornecedores e, no caso de suspensão do direito de licitar, o licitante deverá ser descredenciado, por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Termo de Referência e das demais cominações legais;

12.8. A multa aplicada após regular processo administrativo deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela **CONTRATANTE**;

12.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observando o princípio da proporcionalidade.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO DIREITO DE PETIÇÃO

13.1. No tocante a recursos, representações e pedidos de reconsideração, deverá ser observado o disposto no art. 109 da Lei nº 8.666/93.

14. CLAUSULA DECIMA QUARTA - DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO



SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

14.1. Será designado, pela **CONTRATANTE**, um servidor qualificado ou uma comissão para exercer a fiscalização do contrato, que terá, dentre outras, a incumbência de solicitar à **CONTRATADA** o afastamento ou a substituição de profissional que considere ineficiente, incompetente, inconveniente ou desrespeitoso com pessoas da **CONTRATANTE** ou terceiros ligados aos serviços.

PARÁGRAFO ÚNICO - O exercício da fiscalização pela **CONTRATANTE** não excluirá nem reduzirá as responsabilidades de competência da **CONTRATADA**.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Este contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas previstas na Lei nº 8.666/93, respondendo elas pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

15.2. Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Contrato serão decididos pela **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 10.520, de 2002, no Decreto nº 5.450, de 2005, no Decreto nº 3.555, de 2000, na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, na Lei Complementar nº 123, de 2006, e na Lei nº 8.666, de 1993, subsidiariamente, bem como nos demais regulamentos e normas administrativas, que fazem parte integrante deste contrato, independentemente de suas transcrições.

16. CLÁUSULA DECIMA SEXTA - DO FORO

16.1. Fica eleito o foro da cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, como competente para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes da execução deste contrato.



**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS**

E, por se acharem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento na presença das testemunhas abaixo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza todos os efeitos legais.

Cuiabá, 23 de dezembro de 2014.

BENEDITO NERY GUARIM STROBEL
Secretário Adjunto de Gestão Sistêmica
SEMA/MT

MAURÍCIO KIOSHI MISUMI
Representante da Contratada

TESTEMUNHAS:

KELLY ALMEIDA KORMANN
CPF: 823.964.001-00

NEFERTITE JULIANA DA CUNHA
CPF: 020.945.731-76